****

**Publicado no D.O.C. São Paulo,118, Ano 66 Quinta-feira**

**17 de Junho de 2021**

**GABINETE DO PREFEITO**

**RICARDO NUNES**

**SECRETARIAS**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E TURISMO**

GABINETE DA SECRETÁRIA

**DESPACHO DO CHEFE DE GABINETE**

**6019.2021/0001562-9**

I – No exercício das atribuições que foram delegadas ao Chefe de Gabinete, por meio da Portaria 038/2013-SDTE-GAB, de 25 de setembro de 2013, à vista dos elementos que instruem o processo em epígrafe, em especial manifestação e providências da Supervisão de Execução Orçamentária e Financeira, doc. 046226888, e à luz do disposto no Decreto Municipal 60.052, de 14 de janeiro de 2021, **AUTORIZO** o pagamento em favor **da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São** **Paulo – SABESP** -, CNPJ 43.776.517/0001-80, no valor de R$ 22.361,15 (vinte e dois mil, trezentos e sessenta e um reais e quinze centavos), para o pagamento de despesas de janeiro de 2021, a título indenizatório, através da Nota de Empenho 22.613/2021 (045801322) pela prestação de serviços de fornecimento de água e/ou esgoto do Autódromo Municipal José Carlos Pace - Interlagos, observado as formalidades e cautelas legais.

**FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA**

GABINETE DIRETOR GERAL

**DESPACHO AUTORIZATÓRIO**

**SEI 8110.2021/0000192-0**

ASSUNTO: Aquisição de Placas de sinalização para o Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes. Dispensa de licitação.

Dispensa de licitação.

I – No uso das atribuições que me foram conferidas por lei e demais elementos constantes n° 13.278/2002, regulamentada pelo Decreto Municipal n° 44.279/2003 e Decreto Municipal n° 54.102/2013, bem como em parecer exarado dos presentes autos, em especial a manifestação da Assessoria Técnico- -Jurídica desta Fundação (SEI 045443936) e com fundamento no artigo 24, inciso II,V da Lei Federal n° 8666/93, AUTORIZO a contratação direta, pelo menor valor, das empresas: ART PLACAS COMUNICACAO VISUAL LTDA , inscrita no CNPJ/MF sob nº08.636.629/0001-34, pela aquisição do Lote 01, pelo valor de R$ 292,50 (duzentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos)., sendo todas destinadas para Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes; a empresa ANDRE COMERCIO E LICITACOES inscrita no CNPJ sob o nº40.591.130/0001-60, pela aquisição do Lote 02, pelo valor de R$ 357,10 (trezentos e cinquenta e sete reais e dez centavos). O valor Global das contratações é de R$

649,60 (seiscentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos)

II – Em consequência, fica autorizada a emissão das respectivas notas de empenho, liquidação e pagamento, onerando a dotação 80.10.12.363.3019.2881.3.3.90.30.0000 para a Sede da Fundação do presente exercício.

III – Fica indicado como fiscal para a Sede da Fundação o servidor Sr. Diego Freitas Ribeiro, RF: 847.259.3 e como Suplente Suplente: a Sra. Aline Da Silva RF: 883.137.8.

**DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**

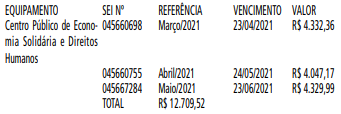
GABINETE DA SECRETÁRIA

**PROCESSO Nº 6074.2021/0003368-6**

Assunto: Pagamento à empresa Enel - Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S/A - 2ª Via Fatura

**DESPACHO**

I. À vista dos elementos contidos no presente, em especial o Ateste, doc SEI n. 045668500, bem como as informações prestadas por SMDHC/CAF, doc. SEI n. 046087099, e pela Divisão de Execução Orçamentária e Financeira, doc. SEI n. 046071700, nos termos do que exige o artigo 17 do Decreto Municipal n. 60.052/2021, AUTORIZO a liquidação e pagamento das faturas abaixo relacionadas, emitidas pela empresa Enel – Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S/A, CNPJ/MF n. 61.695.227/0001-93, por meio de 2ª (segunda) via:



**PORTARIA Nº 043/SMDHC/2021**

ANA CLAUDIA CARLETTO, Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, no estrito cumprimento de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 58.180, de 05 de abril de 2018, que instituiu o Programa Selo de Direitos Humanos e Diversidade, destinado ao reconhecimento e fomento de ações de inclusão e promoção dos direitos humanos e da diversidade no ambiente de trabalho.

CONSIDERANDO o disposto na Portaria nº 078/ SMDHC/2018, alterada pela Portaria nº 29/SMDHC/2021, que regulamenta o Programa Selo de Direitos Humanos e Diversidade.

CONSIDERANDO o Edital CPB/006/2021/SMDHC/CPI que disciplina a 4ª edição do Programa Selo de Direitos Humanos e Diversidade.

RESOLVE:

**Artigo 1º** - Na forma do artigo 9º da Portaria nº 078/ SMDHC/2018, nomear os integrantes da Comissão de Avaliação de Boas Práticas composta pelos representantes das seguintes áreas desta Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania:

**I - Coordenadoria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos**

Gustavo Brocchi Sandin - RF: 851.710-0

Marcos Paulo Campos Ferreira da Costa - RF 886.074-2

Monica Watanabe Nascimento - RF 879.618-1

**II - Coordenadoria de Planejamento e Informação**

Juliana Helena Bonat RF: 835.887-7

Raíssa Monteiro Saré RF: 881.017-6

**III - Coordenação de Políticas para as Mulheres**

Mariza Angelica Laitano Bessa RF: 879.487.1

**IV - Coordenação de Promoção da Igualdade Racial**

Isabel Cristina da Silva Marcelino Vieira - RF: 885.222.7.

**V - Coordenação de Políticas para LGBTI**

Ricardo Olímpio Bezerra RF: 840.209.4

**VI - Coordenação de Políticas para Criança e Adolescente**

Sheila Martins Menezes RF: 837.606.9

**VII - Coordenação de Políticas para Juventude**

Ramirez Augusto Lopes Tosta - RF 855.827.2

**VIII - Coordenação de Políticas para Pessoa Idosa**

Alessandra Gosling RF 845.838-3

**IX - Coordenação de Políticas de Povos Indígenas**

Riciane Maria Reis Pombo RF 883.179.3

**X - Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho** **Decente**

Nadia Solange Clemente Vaz Ferreira RF 884.859.9

**XI - Coordenação de Políticas para a População em**

**Situação de Rua**

Paula Santos de Jesus RF 858.199.1

**XII - Coordenação de Políticas sobre Drogas**

Fernanda Ribeiro Alves Bezerra RF: 855.518-4

**XIII - Departamento de Educação em Direitos Humanos**

Tayná Rodrigues Salviano RF: 877.335.1

**Artigo 2º** – Conforme item 6.2 do Edital nº 08/ SMDHC/2020, nomear, em caráter permanente, os integrantes da Comissão de Avaliação de Boas Práticas representantes das seguintes secretarias da Prefeitura de São Paulo:

I - **Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência**

Luiz Carlos Lopes RF: 780.994.8

Renata Belluzzo Borba RF: 779.759-1

II - **Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico e Trabalho**

Júlia da Motta - RF: 859.518.6

**Artigo 3º** – Nomear os representantes e especialistas dos seguimentos descritos no art. 9º, inciso II da Portaria nº 078/ SMDHC/2018:

I - Elionaldo Julião – Universidade Federal Fluminense - UFF

II - Fábio Eon - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO

III – Guilherme Arosa Prol Otero – Organização Internacional para as Migrações - OIM

IV - Maria Gabriela Eiras de Almeida – Pacto Global

V - Marina Martins Ferro - Instituto Ethos

VI - Nara de Araujo - Escritório das Nações Unidas Sobre

Drogas e Crime no Brasil – UNODC

VII - Nara Rivitti – Defensoria Pública Federal

VIII - Raniere Pontes de Sousa - Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF

IX - Scarlett Rodrigues da Cunha - Instituto Ethos

**Artigo 4º** – Conforme item 6.3 do Edital CPB/006/2021/

SMDHC/CPI, nomear os integrantes para o Comitê Gestor da Seleção 2021, composto pelos membros da Comissão de Avaliação de Boas Práticas provenientes da Coordenadoria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e da Coordenadoria de Planejamento e Informação sendo eles:

**I - Coordenadoria de Promoção e Defesa dos Direitos**

**Humanos**

Gustavo Brocchi Sandin - RF: 851.710-0

**II - Coordenadoria de Planejamento e Informação**

Juliana Helena Bonat RF 835.887-7

Raíssa Monteiro Saré RF: 881.017-6

**Artigo 5º** – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua

publicação.

**SERVIDORES PAG. 22**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E TURISMO**

GABINETE DA SECRETÁRIA

**DESPACHOS DO CHEFE DE GABINETE**

**ALTERAÇÃO DE FÉRIAS**

**6064.2021/0000903-9**

I – No exercício da competência que me foi atribuída por meio da Portaria 38/13 - SDTE, de 25 de setembro de 2013, à vista dos elementos de convicção contidos no processo em epígrafe, em observância ao Comunicado 59/2021 - SEGES/ DEF, **AUTORIZO** a alteração de férias da servidora **FERNANDA AGUIAR GOMES DE SOUZA**, RF: 812.779.4, referente ao exercício de 2021, conforme contido no documento SEI n.º 046132959.

**6064.2021/0000891-1**

I – No exercício da competência que me foi atribuída por meio da Portaria 38/13 - SDTE, de 25 de setembro de 2013, à vista dos elementos de convicção contidos no processo em epígrafe, em observância ao Comunicado 59/2021 - SEGES/DEF, **AUTORIZO** a alteração de férias da servidora **PRISCILA MOURA CAMARGO**, RF: 770.746.1, referente ao exercício de 2021, conforme contido no documento SEI n.º 045956136.

**6064.2021/0000909-8**

I – No exercício da competência que me foi atribuída por meio da Portaria 38/13 - SDTE, de 25 de setembro de 2013, à vista dos elementos de convicção contidos no processo em epígrafe, em observância ao Comunicado 59/2021 - SEGES/ DEF, **AUTORIZO** a alteração de férias do servidor **JOSIAS BARCELOS JUNIOR**, RF: 817.580.2, referente ao exercício de 2021, conforme contido no documento SEI n.º 046223555.

**EDITAIS PAG. 34**

**FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA**

GABINETE DIRETOR GERAL

**PROCESSO SEI NO 8110.2021/0000340-0**

**EDITAL Nº 08/2021**

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO PARA COORDENADOR ADJUNTO, SUPERVISOR DE CURSO, ORIENTADOR, PROFISSIONAL DE APOIO ÀS ATIVIDADES ACADÊMICAS E ADMINISTRATIVAS E LABORATORIAL E PROFESSOR DE ENSINO TÉCNICO, PARA ATUAÇÃO E FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA COMO BOLSISTAS, NO ÂMBITO DO PRONATEC – PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO NA CIDADE DE SÃO PAULO.

DESTINAÇÃO: EXCLUSIVA À PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS

ANÁLISE DE RECURSOS

A Fundação Paulista, após publicação do resultado parcial no dia 14 (quatorze) de Junho de 2021, em edição suplementar, e que consta em edital 08/2021 os item 16.1, em que “O prazo para interposição de recurso será de 1 dia útil, contado do primeiro dia útil subsequente à data da publicação oficial no Diário da Cidade de São Paulo, do resultado parcial” e 16.2 em que “Havendo interposição de recurso, devidamente instruído e fundamentado, à Comissão de Avaliação da Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura terá o prazo de 2 dias úteis para rever e deliberar sua decisão, devendo ser publicado o resultado final no Diário Oficial da Cidade” reuniu na presente data a comissão para avaliação dos recursos de propostas entregues até ás 23h59 de Brasília do dia 15 (quinze) de junho de 2021.

Na presente data foram analisadas, em ordem alfabética, as interpelações enviadas por correio eletrônico, constante em edital.

Assim, segue lista dos recursos deferidos, e, logo abaixo, os recursos indeferidos:

RECURSOS DEFERIDOS

INSCRIÇÃO NOME

Nº06 Rogério de Mesquita Spinola

RECURSOS INDEFERIDOS

INSCRIÇÃO NOME

Nº53 Abrahão Baldino

Nº59 Amanda de Jesus dos Santos

Nº83 Barbara Guimarães Costa Pacheco

Nº50 Cyrlene Moreira Castro

Nº44 Fernanda Caroline Bernardo Sant’Ana

Nº54 Gisele Lopes da Silva Mantovani

Nº22 José Antunes Ferreira

Nº02 Juliana de Ornelas Bianchi

Nº65 Maria Irany Rodrigues Cavalcante

Nº49 Mariana Lima Guedes de Santana

Nº64 Natália de Assumpção Ramos

Nº34 Patrícia Silva Pacheco

Nº104 Ramon Lima Silva

Nº96 Thiago Possato Medeiros

Nº36 Tobias Gustavo da Silva Soares

Sem mais recursos,

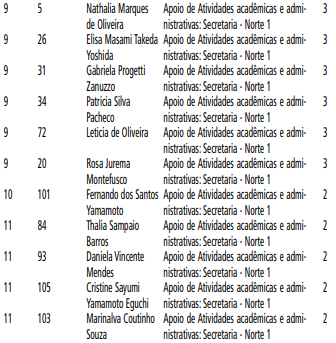
Segue lista classificatória de resultado final:

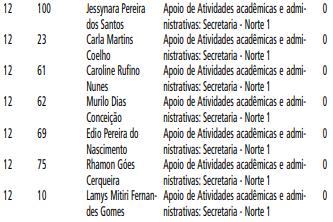
Cargo: Coordenador Adjunto



**Cargo: ll - Apoio de Atividades acadêmicas e administrativas: Secretaria - Norte 1**

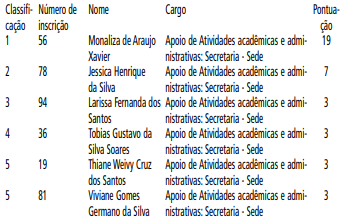






**Cargo: Apoio de Atividades acadêmicas e administrativas:**

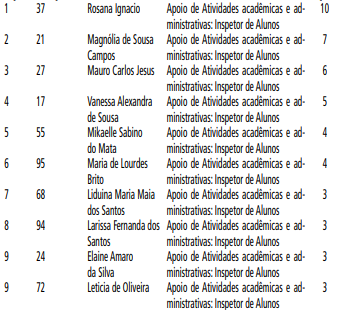
**Secretaria – Sede**

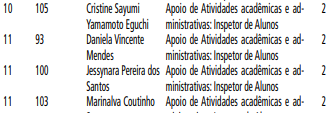


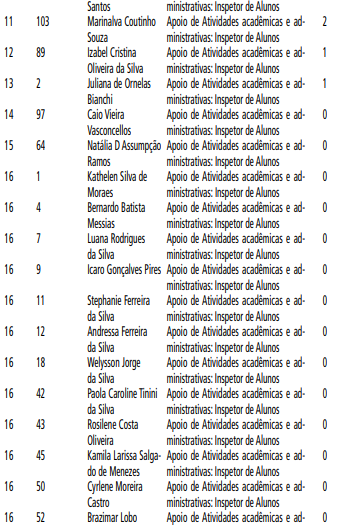


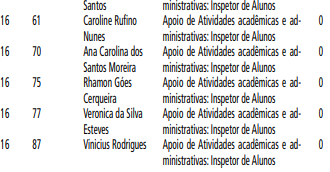
**Cargo: Apoio de Atividades acadêmicas e administrativas:**

**Inspetor de Alunos**

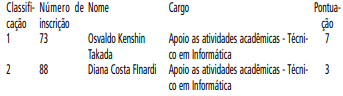






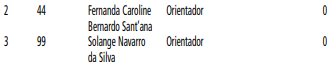


**Cargo: Apoio as atividades acadêmicas - Técnico em Informática**



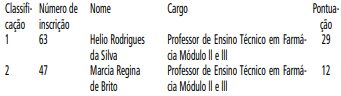
**Cargo: Orientador**



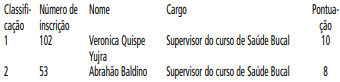


**Cargo: Professor de Ensino Técnico em Farmácia Módulo**

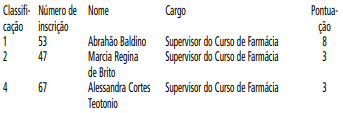
**ll e lll**



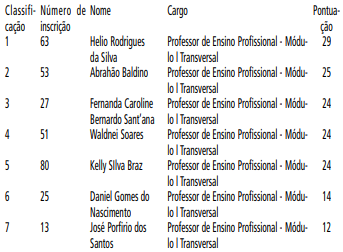
**Cargo: Supervisor do curso de Saúde Bucal**



**Cargo: Supervisor do Curso de Farmácia**

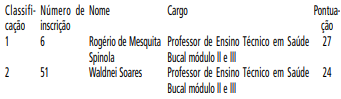


**Cargo: Professor de Ensino Profissional - Módulo l Transversal**



**Cargo: Professor de Ensino Técnico em Saúde Bucal módulo**

**ll e lll**



**DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA PAG. 35 E 36**

**DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**

GABINETE DA SECRETÁRIA

**PROCESSO Nº 6074.2021/0002137-8**

Assunto: Autorização de abertura de Edital de Chamamento Público para inscrição da 4ª Edição do Selo Municipal de Direitos Humanos e Diversidade - 2021.

**DESPACHO**

1 - À vista das informações e documentos contidos no presente processo e o parecer exarado pela Assessoria Jurídica desta Pasta, que adoto como razão de decidir, AUTORIZO a abertura do Edital de Chamamento Público para inscrição da 4ª Edição do Selo Municipal de Direitos Humanos e Diversidade - 2021.

2 - Ato contínuo, AUTORIZO a divulgação do Edital de Chamamento Público na imprensa oficial, no e-negócios e o aviso em quadro próprio da Administração.

**EDITAL Nº SMDHC CPB/006/2021/SMDHC/CPI**

EDITAL SELO DE DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE - 4ª

EDIÇÃO

PROCESSO Nº 6074.2021/0002137-8

**1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 O Programa Selo de Direitos Humanos e Diversidade será denominado apenas por SELO.

1.2 Organizações no âmbito da iniciativa privada, do setor público e entidades do terceiro setor instaladas no Município de São Paulo, bem como os grupos dessas organizações, interessadas em participar do Programa Selo de Direitos Humanos e Diversidade passam a ser denominadas CANDIDATAS.

1.2.1 Duas ou mais organizações que implementaram ações, projetos, programas ou políticas conjuntamente, sem que tenha sido constituída uma pessoa jurídica, passam a ser denominadas GRUPO DE ORGANIZAÇÕES.

1.3 Ações, projetos, programas ou políticas que visem promover empregabilidade, gestão de pessoas, cultura organizacional, investimento social e posicionamento de marca, bem como enfrentar qualquer tipo de discriminação e desigualdade, como forma de promoção da diversidade e da cidadania, passam a ser denominadas INICIATIVAS.

1.4 Organizações no âmbito da iniciativa privada, órgãos públicos e entidades do terceiro setor às quais for concedido o SELO passam a ser denominadas RECONHECIDAS.

1.5 Os prazos constantes neste edital serão computados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo (DOC).

**2. DO OBJETIVO E DO FUNCIONAMENTO**

2.1. O objetivo do SELO, conforme o Decreto nº 58.180/2018, que o institui e foi regulamentado pela Portaria nº 078/SMDHC/2018, é reconhecer ações de inclusão e promoção de direitos humanos e diversidade no âmbito da iniciativa privada, órgãos públicos e entidades do terceiro setor, que sejam consideradas práticas inovadoras na promoção da empregabilidade, gestão de pessoas, cultura organizacional, investimento social e posicionamento de marca, bem como no enfrentamento de qualquer tipo de discriminação e desigualdade, como forma de promoção da diversidade e da cidadania. O programa visa também construir um banco de boas práticas a partir das INICIATIVAS que venham a ser reconhecidas pelo SELO (Conforme

Anexo II).

2.2 O SELO reconhecerá INICIATIVAS promovidas por:

I - Empresa privada;

II - Empresa pública e de economia mista;

III - Órgão público;

IV - Organização do terceiro setor;

V - Grupo de organizações.

2.3. O SELO reconhece dois TIPOS DE INICIATIVAS de inclusão e promoção de direitos humanos e diversidade, quais sejam:

I - INICIATIVAS INTERNAS À ORGANIZAÇÃO;

II - INICIATIVAS VOLTADAS À COMUNIDADE E À SOCIEDADE.

2.3.1 Ao realizar a inscrição, a organização deverá optar por um único TIPO DE INICIATIVA, mesmo que a política, programa, projeto ou ação baseie-se em atividades internas e externas à organização, dando prioridade às ações que têm maior preponderância na INICIATIVA.

2.3.2 São exemplos de TIPOS DE INICIATIVAS de inclusão e promoção de direitos humanos e diversidade:

Iniciativas internas à organização

? Ações internas de combate à discriminação, exclusão, desigualdade e assédio.

? Ações afirmativas no recrutamento e seleção.

? Práticas de contratação, retenção e promoção para grupos sociais específicos.

? Políticas de recrutamento e seleção que reconheçam vieses de discriminação.

? Ações para inclusão de grupos em situação de vulnerabilidade social no quadro de funcionários.

? Equidade salarial para mesma função.

? Manutenção de canais de ouvidoria e mecanismos de resolução de conflitos em relação a questões de diversidade.

? Políticas de benefícios para promoção da inclusão e igualdade.

? Capacitação e treinamento com conteúdos de direitos humanos e respeito à diversidade.

? Criação e gestão de Grupos de Trabalho (GTs) ou Comitês de discussão, apoio e representação da diversidade.

? Programas ou ações implementados por GTs ou Comitês representativos da diversidade.

Iniciativas voltadas à comunidade e à sociedade

? Projetos filantrópicos voltados a grupos em situação de vulnerabilidade.

? Apoio a iniciativas da sociedade civil que beneficiem grupos em situação de vulnerabilidade social ou grupos sociais minoritários.

? Apoio à elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para grupos em situação de vulnerabilidade social.

? Desenvolvimento de projetos e ações de inclusão e formação para grupos em situação de vulnerabilidade.

? Desenvolvimento de produtos e serviços com impacto social.

? Realização de campanhas de comunicação que valorizem

a diversidade e inclusão social de determinado grupo social.

? Programas ou ações para estímulo à inclusão da diversidade junto a integrantes da cadeia produtiva.

? Programas ou ações de sensibilização para inclusão de determinado grupo social.

2.4 O SELO contempla 12 (doze) categorias:

? Igualdade Racial;

? Infância e Adolescência;

? Juventude;

? LGBTI;

? Mulher;

? Pessoa com Deficiência;

? Pessoa Idosa;

? Pessoa em Situação de Rua;

? Pessoa Imigrante;

? Pessoa Privada de Liberdade e Egressa;

? Povos Indígenas;

? Transversalidades.

2.5 As INICIATIVAS deverão estar enquadradas dentro de um dos 2 (dois) TIPOS do item 2.3.

2.6. A INICIATIVA poderá ser inscrita em apenas 1 (uma) das 12 (doze) categorias do item 2.4

2.7. A categoria TRANSVERSALIDADES refere-se às INICIATIVAS voltadas a pelo menos 2 (dois) dos públicos das demais

11 (onze) categorias, devendo as categorias serem indicadas no formulário de inscrição. A transversalidade não implica em critérios ou condições específicas de avaliação, mas as INICIATIVAS serão avaliadas por uma comissão especial que observará se todas as categorias selecionadas foram contempladas, considerando-se os mesmos critérios das iniciativas específicas a uma única categoria. Esta análise refletirá na pontuação do critério Compreensão sobre o Público-alvo, de RELEVÂNCIA E RESULTADO, apresentado no subitem 5.1 deste edital.

**3. DAS INSCRIÇÕES**

3.1. As inscrições dar-se-ão por meio de:

3.1.1. Preenchimento do Formulário de Inscrição no sítio eletrônico do SELO, no período de 17 de junho de 2021 até o dia 16 de julho de 2021, pelo link: <https://forms.gle/gq6SPUY7HQQhCetV6> 3.2.Cada CANDIDATA poderá inscrever 01 (uma) única

INICIATIVA. Caso seja enviada mais de 01 (uma) INICIATIVA pela mesma CANDIDATA, o Comitê Gestor notificará, por correio eletrônico, a CANDIDATA, cabendo a ela definir, dentro do prazo solicitado, qual INICIATIVA deve seguir para o processo de seleção.

**4. DAS REGRAS DE PARTICIPAÇÃO**

4.1.As INICIATIVAS deverão:

I - Caracterizar-se como ações, projetos, programas ou políticas de inclusão e/ou promoção de direitos humanos e diversidade, desenvolvidos, parcial ou integralmente, na Cidade de São Paulo;

II - Possuir um tempo mínimo de implementação de 6 (seis) meses;

III - Ter apresentado resultados nos últimos 2 (dois) anos, independentemente da data de início da iniciativa - desde que respeitado o tempo mínimo de implementação previsto no item 4.1 II.

4.2 Caso a INICIATIVA tenha sido implementada por um GRUPO DE ORGANIZAÇÕES, a organização que realizou a inscrição deverá enviar, no momento da inscrição, uma CARTA DE AUTORIZAÇÃO (Conforme Anexo III), contendo o nome das organizações envolvidas na implementação e uma autorização para que o responsável pela inscrição possa representá-las nos trâmites burocráticos realizados até o momento do evento de reconhecimento. A CARTA DE AUTORIZAÇÃO deve ser assinada pelos representantes legais das organizações envolvidas na implementação da INICIATIVA.

4.3 Caso a INICIATIVA implementada por um GRUPO DE ORGANIZAÇÕES venha ser RECONHECIDA, cada uma das organizações que subscreveu a CARTA DE AUTORIZAÇÃO poderá assinar o TERMO DE COMPROMISSO. As organizações que assinarem o TERMO DE COMPROMISSO receberão o Selo e deverão participar da Rede do Selo.

4.4 Fica vedada a concessão do SELO nas seguintes hipóteses:

I – CANDIDATAS que não estejam instaladas no Município de São Paulo;

II – Órgãos da Administração Pública Municipal Direta;

III – CANDIDATAS com pendências junto ao Cadastro

Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, instituído pela

Lei Municipal no 14.094/05, regulamentada pelo Decreto no

47.096/06;

IV – CANDIDATAS cujas atividades sejam consideradas irregulares, nos termos da legislação municipal em vigor;

V – CANDIDATAS que tenham sido condenadas, por decisão judicial ou administrativa, proferida em última instância, por conduta que configure redução de pessoa à condição análoga à de escravo ou trabalho infantil.

4.5 A Prefeitura Municipal de São Paulo não é responsável por fiscalizar nem auditar processos judiciais, porém os critérios de avaliação incentivam, para fins de transparência, que as

CANDIDATAS declarem se existe um histórico jurídico ou de marketing negativo relacionado aos direitos humanos.

4.6 Ficam excluídas da seleção INICIATIVAS nas seguintes hipóteses:

I - implementadas por organizações da sociedade civil em parceria com a Prefeitura, nos casos em que haja termo de colaboração ou de fomento assinado nos últimos 12 meses, com repasse financeiro. A presente vedação não se aplica a outras INICIATIVAS das organizações parceiras da Prefeitura.

II - reconhecidas em edições anteriores do SELO e que não apresentam novas ações e resultados.

III - decorrentes diretamente de decisões judiciais relacionadas a violações de direitos humanos pela CANDIDATA.

**5. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO**

5.1. A avaliação será realizada a partir de um conjunto de elementos que visam compreender a intencionalidade e reflexividade da organização ao elaborar e implementar uma iniciativa de inclusão e promoção de direitos humanos e diversidade em dois aspectos:

I - Estrutura da iniciativa: serão avaliados o desenho e a implementação da iniciativa, seu potencial de replicabilidade para outros públicos e outras organizações da Rede de Organizações do SELO;

II - Relevância e Resultados: serão avaliados os aspectos qualitativos da iniciativa, sua relevância, o envolvimento da organização na iniciativa e o protagonismo do(s) público(s) a(os) que(quais) ela se destina, os resultados alcançados e os benefícios gerados.

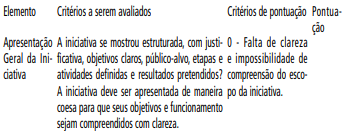
5.2 As INICIATIVAS de inclusão e promoção de direitos humanos e diversidade que incluírem, adicionalmente, ações de cunho social, econômico e/ou sanitário para mitigação dos efeitos da pandemia de coronavírus (Covid-19) receberão pontuação adicional de 3 (três) pontos. Ações que NÃO tenham relação com uma INICIATIVA mais ampla de inclusão e promoção de direitos humanos e diversidade NÃO serão aceitas.

5.3. A pontuação máxima é de 30 pontos.

5.4. A INICIATIVA que obtiver pontuação total inferior a 15 (quinze) pontos e/ou pontuação 0 (zero) no critério RESULTADOS será eliminada do processo seletivo.

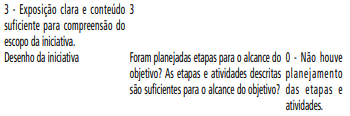
5.5. No quadro a seguir, encontram-se elencados os elementos a serem avaliados e os critérios de pontuação conforme estabelecido no item 5.1:

**ESTRUTURA DA INICIATIVA**

****

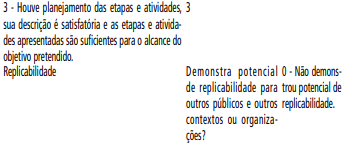
1 - Clareza parcial ou conteúdo insuficiente para compreensão do escopo da iniciativa.

2 - Boa clareza, mas conteúdo insuficiente para compreensão do escopo da iniciativa



1 - Houve planejamento, mas a descrição das etapas e atividades é insuficiente ou confusa.

2 - Houve planejamento das etapas e atividades, sua descrição é satisfatória, porém as etapas e atividades apresentadas não são suficientes para o alcance do objetivo pretendido.

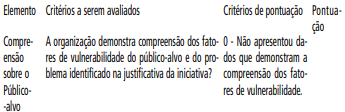


1 - Demonstrou potencial de replicabilidade para organizações similares e mesmo tipo de público-alvo.

2- Demonstrou potencial de replicabilidade para organizações similares, mas para outro(s) público(s)-alvo.

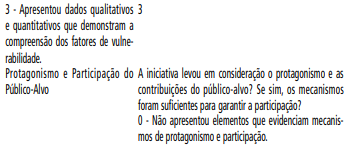


RELEVÂNCIA e RESULTADOS



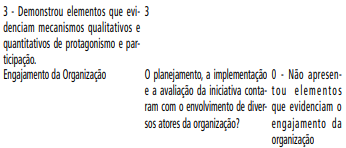
1 - Apresentou dados que demonstram a compreensão dos fatores de vulnerabilidade, mas falta clareza a eles.

2 - Apresentou dados qualitativos ou quantitativos que demonstram a compreensão dos fatores de vulnerabilidade.



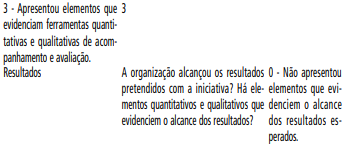
1 - Apresentou elementos que evidenciam mecanismos de protagonismo e participação de forma confusa ou insuficiente.

2 - Demonstrou elementos que evidenciam mecanismos qualitativos ou quantitativos de protagonismo e participação.



1 -Apresentou, de forma confusa ou insuficiente, elementos que evidenciam ferramentas de acompanhamento e avaliação.

2 - Apresentou elementos que evidenciam ferramentas quantitativas ou qualitativas de acompanhamento e avaliação.



2 - Apresentou elementos qualitativos ou quantitativos que evidenciam o alcance parcial dos resultados .

4 - Apresentou elementos qualitativos ou quantitativos que evidenciam o alcance total dos resultados.

6 - Apresentou elementos qualitativos e quantitativos que evidenciam o alcance total dos resultados ou sua superação.

**6. DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E DO COMITÊ GESTOR**

6.1 As INICIATIVAS inscritas serão analisadas pela Comissão de Avaliação de Boas Práticas e o resultado da avaliação será publicado pelo Comitê Gestor da 4ª edição do SELO.

6.2. A Comissão de Avaliação de Boas Práticas será composta pelos seguintes membros:

- Pelo menos 1 (um) representante de cada uma das seguintes coordenações da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e

Cidadania, em caráter permanente:

a) Coordenadoria de Promoção e Defesa de Direitos Humanos.

b) Coordenadoria de Planejamento e Informação.

c) Coordenação de Políticas para as Mulheres;

d) Coordenação de Promoção da Igualdade Racial;

e) Coordenação de Políticas sobre Drogas;

f) Coordenação de Políticas de Povos Indígenas;

g) Coordenação de Políticas para LGBTI;

h) Coordenação de Políticas para Criança e Adolescente;

i) Coordenação de Políticas para Juventude;

j) Coordenação de Políticas para Pessoa Idosa;

k) Departamento de Educação em Direitos Humanos;

l) Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do

Trabalho Decente;

m) Coordenação de Políticas para a População em Situação de Rua.

- Pelo menos 1 (um) representante de cada uma das seguintes secretarias da Prefeitura da Cidade de São Paulo, em caráter permanente:

a) Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência;

b) **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e**

**Trabalho.**

- Representantes e especialistas dos seguintes segmentos, mediante convite formal emitido pela SMDHC:

a) Órgãos públicos que desenvolvam iniciativas de empregabilidade e inclusão da diversidade ou tenham conhecimento técnico do assunto;

b) Conselhos gestores de políticas públicas;

c) Instituições de ensino e pesquisa;

d) Entidades dos diversos setores da sociedade civil;

e) Pessoas de reconhecida competência profissional e expertise em áreas do SELO;

f) Organizações internacionais.

6.3. O Comitê Gestor será composto pelos membros da Comissão de Avaliação de Boas Práticas provenientes da Coordenadoria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e da Coordenadoria de Planejamento e Informação.

6.4. A Comissão de Avaliação de Boas Práticas avaliará as INICIATIVAS inscritas pelas CANDIDATAS conforme os critérios estabelecidos neste edital e enviará o resultado preliminar do processo seletivo para o Comitê Gestor, que fará sua publicação.

6.5. A Comissão de Avaliação de Boas Práticas avaliará casos omissos e analisará recursos, enquanto o Comitê Gestor homologará o processo de seleção e publicará o resultado final.

6.6. Os nomes dos integrantes da Comissão de Avaliação de Boas Práticas e do Comitê Gestor serão publicados em portaria da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania no Diário Oficial da Cidade.

**7. DO RESULTADO, RECURSO E PREMIAÇÃO**

7.1. Após divulgação do resultado preliminar pelo Comitê

Gestor, as CANDIDATAS que desejarem recorrer deverão enviar recurso, no prazo de até 03 (três) dias úteis contados da publicação da lista de RECONHECIDAS no Diário Oficial do Município de São Paulo, para o e-mail smdhcselo@prefeitura.sp.gov.br.

7.2. O prazo para análise dos recursos pela Comissão de Avaliação de Boas Práticas será de até 05 (cinco) dias úteis.

7.3. O resultado dos recursos será levado ao conhecimento de todas as CANDIDATAS através da publicação da lista definitiva de RECONHECIDAS no Diário Oficial da Cidade e no site do SELO: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_human> s/selo\_direitos\_humanos/.

7.4. As RECONHECIDAS serão convidadas a participar de evento de reconhecimento para o recebimento do SELO, a ser realizado em dezembro de 2021.

7.5 Para o recebimento do SELO, as RECONHECIDAS devem assinar Termo de Compromisso (Anexo II), no qual as RECONHECIDAS se comprometem a participar da Rede de Organizações do Selo e autorizam que as informações sobre suas iniciativas fornecidas na inscrição sejam incluídas em um banco de boas práticas de diversidade e inclusão, que poderá ser divulgado em meio físico ou digital.

**8. DO USO DO SELO PELAS RECONHECIDAS**

8.1. As RECONHECIDAS se comprometem a não utilizar o

SELO fora dos propósitos estabelecidos pelo Programa.

8.2. A identidade visual do SELO diz respeito à categoria e ao ano da premiação.

8.3. O reconhecimento e a permissão de uso do SELO podem ser revogados se a RECONHECIDA se tornar irreconhecível diante do item 4.4 deste edital.

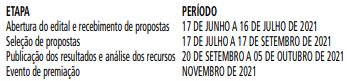
**9. DA REDE DE ORGANIZAÇÕES, BANCO DE BOAS PRÁTICAS E DAS OBRIGAÇÕES DAS RECONHECIDAS**

9.1. A Rede de Organizações do Selo tem como finalidade criar um ambiente de compartilhamento de experiências e boas práticas, que propicie a reflexão sobre os desafios da inclusão e promoção da diversidade. Neste espaço, representantes das RECONHECIDAS dialogam entre si, com especialistas e com agentes públicos que trabalham com a promoção dos direitos humanos e inclusão da diversidade.

9.2. As RECONHECIDAS se comprometem a participar de, no mínimo, 03 (três) encontros da Rede de Organizações do Selo, presenciais ou virtuais, a serem realizados ao final de 2021 e ao longo de 2022, conforme calendário de encontros a ser apresentado pelo Comitê Gestor.

9.3. Deverá ser indicado, no Termo de Compromisso (Anexo II), um ponto focal da ORGANIZAÇÃO para manter contato com o Comitê Gestor, preferencialmente, funcionários(as) de setores estratégicos e em cargos de liderança e influência na área da promoção da diversidade e dos direitos humanos. Além do ponto focal, poderão participar dos eventos da Rede de Organizações do Selo quaisquer colaboradores da organização. Os pontos focais deverão ser substituídos em caso de afastamento ou desligamento da organização e a substituição deverá ser imediatamente informada ao Comitê Gestor.

**10. DO CRONOGRAMA**

****

**11. DISPOSIÇÕES FINAIS**

11.1. A inscrição da ORGANIZAÇÃO implica na prévia e integral concordância com as normas deste Edital.

11.2. A Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania poderá prorrogar os prazos previstos no cronograma integrante deste Edital, em qualquer de suas etapas. Tal prorrogação será publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo.

11.3. Eventuais questionamentos sobre os termos deste edital deverão ser encaminhados para o Comitê Gestor, através do e-mail smdhcselo@prefeitura.sp.gov.br, até o último dia de inscrição.

11.4 O Comitê Gestor irá analisar eventuais questionamentos e publicará sua manifestação no site do SELO, em até 05

(cinco) dias úteis.

11.5. Constituem anexos deste edital:

? Anexo I - Formulário de Inscrição

? Anexo II - Termo de Compromisso

? Anexo III - Carta de autorização

**ANEXOS AO EDITAL**

Anexo I

**FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO**

**Inscrições para o Selo Municipal de Direitos Humanos e Diversidade 2021**

O Selo Municipal de Direitos Humanos e Diversidade reconhece boas práticas de gestão da diversidade e promoção dos direitos humanos em empresas, órgãos públicos e organizações do terceiro setor. Sua organização tem uma iniciativa de diversidade e inclusão? Inscreva ela aqui!

Para anexar materiais de apoio que comprovem a execução e resultados da iniciativa, como PDFs, fotos, avaliações, publicações e outros documentos, é preciso estar logado em uma conta Google. Lembramos que o material de apoio não é de envio obrigatório.

As questões com asterisco são de preenchimento obrigatório.

1. Endereço de e-mail\*

2. Como você ficou sabendo do Selo?

( )Através de outras organizações

( )E-mail

( )Participei de outras edições

( )Redes Sociais

( )Telefone

DADOS DA ORGANIZAÇÃO

3. Tipo de organização:\*

( )Empresa privada

( )Empresa pública ou de economia mista

( )Órgão Público

( )Organização do terceiro setor

( ) Grupo de organizações

4. Razão social\*

5. CNPJ da organização

6. Nome fantasia

7. Atividade principal\*

7. Número de colaboradores na organização:\*

( )1 a 9

( )10 a 49

( )50 a 99

( )100 a 499

( )Mais de 500

8. Endereço da organização: logradouro, número e bairro\*

9. Está sediada em São Paulo?\*

( )Sim

( )Não

DADOS DA INICIATIVA

10. Nome da iniciativa\*

11. A iniciativa já foi reconhecida em outra edição do Selo de

Direitos Humanos e Diversidade? ( )Sim ( )Não

12. Data de início da iniciativa\*

13. Nome da liderança da iniciativa\*

14. Cargo e área da liderança da iniciativa\*

15. Site ou rede social da iniciativa (caso exista)

16. Tipo de iniciativa

( ) iniciativa interna à organização;

( )iniciativa voltada à comunidade e à sociedade.

16. Categoria que a iniciativa contempla:\*

( )Igualdade Racial;

( ) Povos Indígenas;

( )Infância e Adolescência;

( ) Juventude;

( )LGBTI;

( )Mulher;

( )Pessoa com Deficiência;

( )Pessoa Idosa;

( )Pessoa em Situação de Rua;

( )Pessoa Imigrante;

( )Pessoa Privada de Liberdade e Egressa;

( )Transversalidades.

17. Categoria(s) que a iniciativa transversal contempla:\*\*

( )Igualdade Racial;

( )Povos Indígenas;

( )Infância e Adolescência;

( )Juventude;

( )LGBTI;

( )Mulher;

( )Pessoa com Deficiência;

( )Pessoa Idosa;

( )Pessoa em Situação de Rua;

( )Pessoa Imigrante;

( )Pessoa Privada de Liberdade e Egressa.

\*\* Item de preenchimento obrigatório somente quando a categoria escolhida no item 16 for “Transversalidades”.

DO RESPONSÁVEL PELA INSCRIÇÃO

18. Nome do responsável pela inscrição\*

19. Cargo e área do responsável pela inscrição\*

20. Endereço de e-mail do responsável pela inscrição\*

21. Telefone do responsável pela inscrição\*

ESTRUTURA DA INICIATIVA

22. Apresente um resumo da iniciativa\*

23. Quais foram os objetivos definidos para a iniciativa?\*

24. Quais etapas foram planejadas para o alcance dos objetivos da iniciativa?\*

25. Quais atividades foram desenvolvidas para o cumprimento das etapas?\*

26. A iniciativa tem potencial de ser replicado para outros públicos e outros contextos? Como?\*

27. A organização se engajou integralmente na iniciativa?

Isto é, houve adesão por parte da organização como um todo e uma mobilização coletiva em seus diferentes setores? Se sim, nos conte quais estratégias foram utilizadas.\*

RELEVÂNCIA e RESULTADOS

28. Qual a justificativa da iniciativa em relação ao público alvo que ele deseja atingir? Qual a situação anterior encontrada?\*

29. Houve envolvimento do público-alvo na elaboração e implementação da iniciativa? Se sim, descreva de que maneiras o público-alvo foi envolvido e/ou assumiu protagonismo.\*

30. A iniciativa contou com mecanismos de monitoramento e avaliação de seus resultados? Se sim, descreva-os. Se houve alterações ao longo do caminho, nos conte.\*

31. Quais resultados quantitativos e qualitativos foram alcançados em relação à situação anterior à implementação do projeto?\*

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

32. Material de apoio

33. Caso deseje, escreva aqui considerações ou informações não contempladas nos itens anteriores.

34. Divida conosco um desafio no desenho, implementação ou no cotidiano da sua iniciativa.

**Anexo II**

**TERMO DE COMPROMISSO**

**Programa Selo de Direitos Humanos e Diversidade**

A organização XXX, inscrita no CNPJ/MF sob nº XXX, com endereço na XXX, por seu representante legal abaixo qualificado, firma o presente Termo de Compromisso:

Reconhecendo os desafios da inclusão, gestão, promoção e defesa da diversidade e dos direitos humanos, a Prefeitura Municipal de São Paulo incentiva, dentro do Programa Selo de Direitos Humanos e Diversidade, a criação de uma Rede de Organizações do Selo, composta por todas as organizações RECONHECIDAS pelo programa.

Reconhecendo que a Rede constituirá um ambiente de compartilhamento de experiências e boas práticas, bem como de aproximação com as políticas públicas municipais de inclusão e empregabilidade, representantes das iniciativas RECONHECIDAS pelo Selo Municipal de Direitos Humanos e Diversidade dialogarão entre si, com especialistas e com agentes públicos que trabalham com a promoção dos direitos humanos e inclusão da diversidade.

A candidata, para ser RECONHECIDA pelo Selo, se compromete a:

1) Participar de no mínimo 3 (três) encontros da Rede de

Organizações do Selo, que ocorrerão no período compreendido entre a data de premiação e o final de 2022, a partir do calendário a ser apresentado pelo Comitê Gestor do Selo;

2) Indicar um ponto focal para a comunicação com o Comitê Gestor, podendo enviar outros convidados da organização aos eventos, na quantidade que lhe for conveniente;

3) Substituir o ponto focal e manter seu contato atualizado em caso de afastamento ou desligamento da organização. A substituição deverá ser informada imediatamente ao Comitê Gestor, através do email smdhcselo@prefeitura.sp.gov.br.

4) Autorizar que a INICIATIVA \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ componha um banco de dados de boas práticas. Este banco de dados será elaborado a partir das informações fornecidas na inscrição e poderá ser divulgado em meio digital ou em publicação física.

Reconhecemos que o não cumprimento dos compromissos com a Rede poderá acarretar na perda dos direitos de uso do Selo de Direitos Humanos e Diversidade e exclusão da Rede.

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura

São Paulo, XXX de XXX de 2021.

**Anexo III**

**CARTA DE AUTORIZAÇÃO**

Programa Selo de Direitos Humanos e Diversidade

Nós, representantes legais das organizações que constituem o Grupo de Organizações que implementou a INICIATIVA \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, autorizamos \_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, Órgão Emissor \_\_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_,

funcionário da organização \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ , a nos representar frente aos trâmites burocráticos necessários para inscrição no edital do PROGRAMA SELO DE DIREITOS

HUMANOS E DIVERSIDADE, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, da Prefeitura de São Paulo.

Estamos cientes de que, caso a INICIATIVA venha a ser RECONHECIDA, os representantes legais que subscreveram esta CARTA deverão assinar um TERMO DE COMPROMISSO específico para cada organização, com vistas a receber o Selo.

REPRESENTANTES LEGAIS DAS ORGANIZAÇÕES

1.Nome:

RG: - Órgão emissor:

Data de Nascimento: / / - CPF:

Organização:

Assinatura:

2.Nome:

RG: - Órgão emissor:

Data de Nascimento: / / - CPF:

Organização:

Assinatura:

3.Nome:

RG: - Órgão emissor:

Data de Nascimento: / / - CPF:

Organização:

Assinatura:

4.Nome:

RG: - Órgão emissor:

Data de Nascimento: / / - CPF:

Organização:

Assinatura:

5.Nome:

RG: - Órgão emissor:

Data de Nascimento: / / - CPF:

Organização:

Assinatura:

São Paulo, XXX de XXX de 2021.

**LICITAÇÕES PAG. 97**

**INOVAÇÃO E TECNOLOGIA**

GABINETE DO SECRETÁRIO

**EXTRATO DE ADITAMENTO: TERMO DE ADITAMENTO Nº 01 AO CONTRATO Nº 33/SMIT/2020**

**PROCESSO ELETRÔNICO Nº 6023.2020/0000807-0**

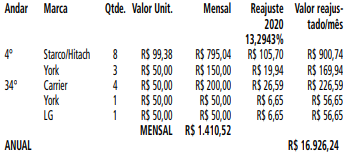
CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA – SMIT CONTRATADA: PRIME FACILITIES E CONSERVAÇÃO LTDA CNPJ Nº 22.786.973/0001-30 OBJETO CONTRATUAL: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL, LIMPEZA DE FACHADAS DE VIDROS SEM EXPOSIÇÃO A RISCO, VISANDO A OBTENÇÃO DE ADEQUADAS CONDIÇÕES DE SALUBRIDADE E HIGIENE, COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA, SANEAMENTOS DOMISSANITÁRIOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS, NO EDIFÍCIO GRANDE SÃO PAULO, PRÉDIO ONDE ESTÁ INSTALADA A SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA E OS DEPARTAMENTOS QUE A COMPÕEM, E NO CENTRO TECNOLÓGICO E LOGÍSTICO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA – CTL OBSERVADAS AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CONDIÇÕES DOS SERVIÇOS CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I DO EDITAL E SEUS ANEXOS OBJETO DESTE TERMO: DA SUPRESSÃO DOS SERVIÇOS VALOR MENSAL DO CONTRATO (APÓS SUPRESSÃO) : R$ 12.661,79 VALOR GLOBAL DO CONTRATO (APÓS SUPRESSÃO) : R$ 385.366,76 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 23.10.15.122.3024.

2.1003.3.90.39.00.00

EXTRATO DE ADITAMENTO: TERMO DE ADITAMENTO Nº 06 AO CONTRATO Nº 12/SES/2016 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 6023.2016/0000153-1 CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA – SMIT CONTRATADA: CIEE - CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA CNPJ Nº 61.600.839/0001-55 OBJETO CONTRATUAL: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR INSTITUIÇÃO

ESPECIALIZADA EM ADMINISTRAÇÃO DE PROGRAMA DE ESTÁGIO OBJETO DESTE TERMO: (I) DA PRORROGAÇÃO EXCEPCIONAL POR 12 (DOZE) MESES E (II) DA INCLUSÃO DE CLÁUSULA RESOLUTIVA VALOR DO TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO: R$ 1.204.613,76 DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS : BOLSA AUXÍLIO - 23.10.15.122.3024.2100.3.3.50.39.00.00 AUXÍLIO TRANSPORTE - 23.10.15.122.3024.2100.3.3.50.48.00 .00 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO - 23.10.15.122.3024.2100.3.3 .90.00.00 NOTAS DE EMPENHO Nº 45.089/2021, 45.094/2021 e 45.098/2021 6023.2017/0000275-0 - 1. Em face dos elementos que instruem o presente, notadamente os informes prestados por SMIT/CAF/SGC, SMIT/CAF, SMIT/CAF/SEOF e SMIT/AJ, notadamente a concordância da sociedade contratada, com fundamento no Decreto Municipal 60.041 de 31 de dezembro de 2020 e Portaria SF nº 35/2021, AUTORIZO a celebração do termo de aditamento ao Contrato 28/SMIT/2020, firmado entre a Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia e a sociedade MASTERTEMP SERVIÇOS E MANUTENÇÃO LTDA – ME, inscrita no CNPJ 12.634.684/0001-62, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças novas, do sistema de climatização/Ar condicionados, para os andares 4º e 34º, da Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia, para a redução do valor mensal do contrato, a partir da assinatura do Termo, conforme tabela:

**MANUTENÇÃO DO AR**



**ANÁLISE DO AR**



2. Fica a Entidade acima mencionada convocada para a assinatura do Termo Aditivo.

**6023.2017/0000549-0** - 1. Em face dos elementos que instruem o presente, notadamente os informes prestados por SMIT/CID/DLD, SMIT/CAF/SGC, SMIT/CAF, SMIT/CAF/SEOF e SMIT/AJ, com fundamento na Lei 13.019/2014, bem como no Decreto Municipal 57.575/2016, **AUTORIZO** a prorrogação do Termo de Colaboração 23/2014-SES-CCCD , a partir do dia 07/07/2021, firmado com a Organização da **Sociedade** **Civil PROJETO POVO DA PERIFERIA**, inscrita no CNPJ/MF 10.225.030/0001-50, cujo objeto é a operação e manutenção de 01 Centro de Democratização de Acesso à Rede Mundial de Computadores - Telecentro Comunitário, âmbito do Programa de Inclusão Digital da Coordenadoria de Conectividade de

Convergência Digital, pelo período de 24 meses, totalizando o valor de repasse em R$ 140.640,00, sendo o valor semestral de R$ 35.160,00. 2. **AUTORIZO**, em consequência, a emissão da competente nota de empenho, para suporte do desembolso, onerando a dotação orçamentária nº 23.10.12.126.3001.8.404

.3.3.50.39.00.00. 3. Com fundamento no art. 8º, inciso III, da Lei Federal 13.019/2014, **DESIGNO** como gestor e suplente da parceria os seguintes servidores: Gestor: Jéssica Elias Secco, RF: 804.827-4; Suplente: Maira Berci dos Santos Oliveira, RF: 822.197-9; 4. **APROVO** a minuta do Termo de Aditamento constante em doc. 045721746. 5. Fica a organização da sociedade civil convocada para a assinatura do termo aditivo.

**6064.2017/0000364-5** - 1. Em face dos elementos que instruem o presente, notadamente os informes prestados por SMIT/CID/DLD, SMIT/CAF/SGC, SMIT/CAF, SMIT/CAF/

SEOF e SMIT/AJ, com fundamento no art. 116 da Lei Federal 8.666/93, **AUTORIZO** a prorrogação do **Termo de Cooperação** 009/2015/SDTE, celebrado entre a **Secretaria Municipal** **de Desenvolvimento Econômico e Trabalho – SMDET**, CNPJ:

04.537.740/0001-12 e esta Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia - SMIT, cujo objeto é a implantação do Projeto “Telecentros Comunitários em Espaços Públicos”, da Coordenadoria de Inclusão Digital - SMIT/CID, pelo período de 06 (seis) meses, a contar de 01/07/2021, totalizando o valor estimado total do projeto de R$ 217.256,40. , sendo o valor da presente prorrogação de R$ 36.209,40. 2. **AUTORIZO**, em consequência, a emissão da competente nota de empenho, para suporte do desembolso, onerando a dotação orçamentária 23.10.12.126 .3001.8.404.33904800.00. 3. **APROVO** a minuta do Termo de

Aditamento constante em doc. 045754917.

**EXTRATO DO TERMO DE ADITAMENTO 07 AO TERMO DE COLABORAÇÃO 37/2014-SES-CCCD. PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 6023.2017/0000534-2**. PARTÍCIPES:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA E **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - ASSOCIAÇÃO ACEZOS.**

**NOME DA UNIDADE: TELECENTRO LOURENÇO CABREIRA –**

**CNPJ 10.473.504/0001-82. OBJETO DA PARCERIA**: Operação e manutenção de 01 (um) Centro de Democratização de Acesso à Rede Mundial de Computadores – Telecentro Comunitário, âmbito do “Programa de Inclusão Digital” da Coordenadoria de Conectividade de Convergência Digital. OBJETO DESTE TERMO: (I) Prorrogação do prazo da parceria por mais 24 meses; (II) Alteração da cláusula 10.3 do Termo de Colaboração.

VALOR TOTAL DO CONVÊNIO: R$ 140.640,00.

EXTRATO DO TERMO DE ADITAMENTO 08 AO TERMO

DE COLABORAÇÃO 44/2014-SES-CCCD. PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 6023.2017/0000581-4. PARTICÍPES:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA E

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OBRA SOCIAL DOM

BOSCO. NOME DA UNIDADE: TELECENTRO DOM BOSCO I –

CNPJ 61.882.395/0004-30. OBJETO DA PARCERIA: Operação e manutenção de 01 Centro de Democratização de Acesso à Rede

Mundial de Computadores – Telecentro Comunitário, âmbito do “Programa de Inclusão Digital” da Coordenadoria de Conectividade de Convergência Digital. OBJETO DESTE TERMO: (I) Prorrogação do prazo da parceria por mais 24 meses; (II) Alteração da cláusula 10.3. do Termo de Colaboração. VALOR TOTAL DO TERMO: R$ 140.640,00.

**EXTRATO DO TERMO DE ADITAMENTO 07 AO TERMO**

**DE COLABORAÇÃO 18/2014-SES-CCCD. PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 6023.2017/0000523-7**. PARTICÍPES:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA E ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – INSTITUTO ALEGRIA DE

VIVER. NOME DA UNIDADE: TELECENTRO ALEGRIA DE VIVER

– CNPJ 03.653-346/0001-87. OBJETO DA PARCERIA: Operação e manutenção de 01 Centro de Democratização de Acesso à Rede Mundial de Computadores – Telecentro Comunitário, âmbito do “Programa de Inclusão Digital” da Coordenadoria de Conectividade de Convergência Digital. OBJETO DESTE TERMO: (I) Prorrogação do prazo da parceria por mais 24 meses; (II) Alteração da Claúsula 10.3 do Termo de Colaboração.

VALOR DESTE TERMO: R$ 140.640,00.

EXTRATO DO TERMO DE ADITAMENTO 07 AO TERMO

DE COLABORAÇÃO 92/2014-SES-CCCD. PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 6023.2017/0000590-3. PARTÍCIPES:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA E ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVA UNIDOS DE VILA CARIOCA. NOME DA UNIDADE: TELECENTRO VILA CARIOCA

– CNPJ 07.706.990/0001-27. **OBJETO DA PARCERIA**: Operação e manutenção de 01 Centro de Democratização de Acesso à Rede Mundial de Computadores – Telecentro Comunitário, âmbito do “Programa de Inclusão Digital” da Coordenadoria de Conectividade de Convergência Digital. OBJETO DESTE TERMO: (I) Prorrogação do prazo da parceria por mais 24 meses; (II) Alteração da cláusula 10.3. do Termo de Colaboração.

**VALOR DESTE TERMO**: R$ 140.640,00.